

Comissão irá examinar caso

JORNAL DO BRASIL

a caso dívida de estados

Brasília — As dívidas interna e externa dos estados e municípios serão examinadas e os governadores terão, caso a caso, fórmulas para prorrogar seu pagamento, elaboradas por uma comissão do Ministério da Fazenda criada por decreto do presidente José Sarney, anunciou o ministro Dílson Funaro. Ele informou ainda que o Banco Central criará uma linha de financiamento, com juros de 12% ao ano, para adiantar aos estados até 25% da arrecadação prevista com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

O governo não divulgou o decreto presidencial nomeando a comissão para as dívidas dos estados, que deverá ser formada por representantes da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, Secretaria do Tesouro e Banco Central. Ficou para hoje também a publicação das resoluções do Banco Central limitando as taxas de risco (**spread**) cobradas nos empréstimos bancários e criando a linha de financiamento especial, com juros de 0,5% ao mês, para pequenas e médias empresas.

A comissão para as dívidas dos estados deverá elaborar plano de auxílio financeiro para diminuir os encargos das dívidas estaduais. Com ela, o presidente Sarney atende de uma só vez ao PMDB e aos governadores (na esmagadora maioria eleitos pelo partido) que nos últimos dias têm levado

queixas ao Palácio do Planalto, alegando impossibilidade de cumprir com as obrigações financeiras e as folhas de pagamentos herdadas do governo anterior. Para obter a antecipação do ICM, que, segundo Funaro, vem sendo concedida pelos bancos comerciais a juros excessivos, os estados terão de adotar o plano de auxílio elaborado pela comissão ministerial.

Saneamento

A comissão vai prever medidas que promovam o "equacionamento global" das situações dos estados e dos municípios, segundo João Manoel Cardoso de Melo, assessor especial do Ministério da Fazenda, explicando que serão objeto de estudo — para o saneamento do endividamentos estaduais e municipais — todas as dívidas externas, mobiliária, e os débitos internos contraídos com instituições federais.

Em entrevista no Ministério da Fazenda, João Manuel disse que também será analisada pela comissão a questão do enorme déficit dos bancos estaduais. "Serão estudados caso a caso", observou, prevenindo uma solução a médio prazo para o problema.

Para o presidente do Banco Central, Francisco Gros, a linha de financiamento criada para os estados e municípios vai funcionar em linhas "compatíveis com a realidade do mercado".